

PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A. - CNPJ Nº 93.138.204/0001-74 - NIRE 43300030482 - Edital de Convocação: Ficam convocados os Srs. Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se às 10:00 horas do dia 12/08/2022, na Av. 1º de Maio, nº 1109, em Estância Velha, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Discutir e votar as Demonstrações Contábeis, o Relatório da Administração e demais documentos previstos no Art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021; 2) Tomar as contas dos Administradores não reeleitos por unanimidade na assembleia do dia 06.06.2022; 3) Condiçãoada ao resultado das deliberações dos itens 1 e 2, deliberar sobre eventual ação de responsabilidade contra os administradores que tiveram as contas rejeitadas no tópico anterior, não reeleitos por unanimidade na assembleia do dia 06.06.2022; 4) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 5) Deliberar sobre o aumento de Capital Social mediante a incorporação de Reserva de Lucros, sem emissão de novas ações. Na hipótese de aprovação do aumento do capital, alterar o Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, 6) Alterar o parágrafo único do Art. 16 do Estatuto Social, para permitir que advogados, não acionistas, possam funcionar como presidente e secretário das assembleias gerais. Estância Velha, RS, 11/07/2022. A Diretoria **ASCOL**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FORTIZA HOLDING S.A. - CNPJ 24.310.629/0001-04 - NIRE 43 3 0005929 4				
Relatório de Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento das exigências legais e estatutárias, a diretoria tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Administração				
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro - R\$				
	2021	2020	Passivo	2021
Ativo Circulante.....	10.425.679,18	3.280.642,45	Circulante.....	1.263.548,80
Disponível.....	10.125.504,87	3.280.566,75	IRPJ e CSLL	
Caixa.....	228,93	228,93	a pagar.....	2.344,15
Bancos.....	856.388,10	31.053,67	Acionista c/c.....	1.261.204,65
Aplicações Financeiras.....	9.268.887,84	3.249.284,15	Patrimônio Líquido	111.441.755,49
Impostos a Recuperar.....	174,31	75,70	Capital integralizado	22.065.000,00
Conta corrente de interl.....	300.000,00	0,00	Reserva de	
Ativo Não Circulante.....	102.279.625,11	83.126.553,42	Lucros.....	89.376.755,49
Realizável a L. Prazo.....	0,00	0,00	Total do Passivo	112.705.304,29
Investimento.....	102.279.625,11	83.126.553,42		
Particip. em Empresas.....	102.279.625,11	83.126.553,42		
Total do Ativo.....	112.705.304,29	86.407.195,87		
Mutação do Patrimônio Líquido				
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas p/ Investimentos e Capital de Giro	Lucros Acumulados
Saldo no início do período	22.065.000,00	2.862.698,96	35.026.279,81	0,00
Lucro Líq. (Prej.) exercício.....	0,00	0,00	0,00	26.376.458,00
Distribuição de Lucros.....	0,00	0,00	0,00	(800.000,00)
Integraliz./Aum. de capital.....	0,00	0,00	0,00	0,00
Destinação.....	0,00	1.278.822,90	24.297.635,10	(25.576.458,00)
Saldo em 31/12/2020	22.065.000,00	4.141.521,86	59.323.914,91	0,00
Lucro Líq. (Prej.) exercício.....	0,00	0,00	0,00	26.711.318,72
Distribuição de Lucros.....	0,00	0,00	0,00	(800.000,00)
Destinação.....	0,00	271.478,14	25.639.840,58	(25.911.318,72)
Saldo em 31/12/2021	22.065.000,00	4.413.000,00	84.963.755,49	0,00
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - R\$				
Nota 1. Contexto Operacional: FORTIZA HOLDING S.A., capital Fechado, com sua sede localizada na Rua Felicidade de Azevedo, nº 924, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.540-110, iniciou suas atividades em 03/03/2016 e seu objeto social é a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, semelhantes ou não, na qualidade de sócia ou acionista.				
Nota 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade.				
Nota 3. Principais Aspectos Contábeis:				
3.1 - Participações em Empresas: Ecoplan Participações Ltda. - Fortiza Empreendimentos e participações Ltda.				
	Ecoplan	Fortiza		
- % de Participação.....	99,9999%	99,9999%		
- PL 2021.....	23.121.910,87	79.154.958,51		
- Valor Contábil.....	15.004.983,00	7.052.997,00		
- Saldo início exercício.....	27.217.415,94	55.906.279,48		
- Lucros Recebidos.....	7.500.000,00	0,00		
- Equivalência Patrimonial.....	3.404.471,81	23.248.599,88		
- Saldo no final do exercício.....	23.121.887,75	79.154.879,36		
- Mais Valia em Investimentos	0,00	2.858,00		
3.2 - Reservas de Lucros				
- Reserva Legal.....		4.413.000,00		
- Reservas p/ Investimentos e Capital de Giro.....		84.963.755,49		
- Total das Reservas.....		89.376.755,49		
3.3 - Capital Social: O Capital Social atual integralizado é de R\$ 22.065.000,00, pertencentes a acionistas brasileiros e composto de 22.065.000 (vinte e dois milhões e sessenta e cinco mil) ações, todas nominativas, com valor nominal cada de R\$ 1,00, sendo 11.032.500 ações nominativas ordinárias e 11.032.500 ações nominativas preferenciais.				
JÚLIO FORTINI DE SOUZA Diretor		ANA LÚCIA FORTINI DUVELIUS Diretora		MÁRCIO DA LUZ DE ABREU Contador - CRC-RS: 076492/O-6 - CPF 001.412.550-13

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



BAIXE O APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

- Últimas notícias
- Versão para folhear
- Notificações das notícias mais importantes



ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.

CNPJ/MF nº 14.531.063/0001-89

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.985	4.349
Contas a receber	6	3.612	4.486
Impostos a recuperar	-	34	9
Outros créditos	-	203	84
Total ativo circulante		12.834	8.928
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	2.035	3.441
Depósito judicial	-	-	9
Imobilizado	8	58.525	62.135
Intangível	-	1.772	1.910
Total ativo não circulante		62.332	67.495
Total do ativo		75.166	76.423

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Nota	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
		Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros	
Lucro líquido do exercício	-	29.814	298	3.179	33.291
Constituição de reserva legal	12	-	157	-	(157)
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(748)
Transferências	-	-	-	2.243	(2.243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		29.814	455	5.422	35.691
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.862
Constituição de reserva legal	-	-	243	-	(243)
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.155)
Transferências	-	-	-	3.464	(3.464)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		29.814	698	8.886	39.398

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas líquidas de vendas	13	12.735	12.683
Custo dos produtos vendidos	14	(5.471)	(5.496)
Lucro bruto		7.264	7.187
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(153)	(144)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	492	(710)
Resultado operacional		7.603	6.333
Resultado financeiro	16	(2.242)	(2.757)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.361	3.576
Imposto de renda e contribuição social	17	(499)	(428)
Lucro líquido do exercício		4.862	3.148
Lucro básico por ação - R\$	18	0,16	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		4.862	3.148
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente		4.862	3.148

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		5.361	3.576
Ajustes:			
Depreciação e amortização		3.778	3.777
Juros e atualização sobre financiamento e instrumentos financeiros		2.515	2.894
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		874	(1.386)
Partes relacionadas		2	(2)
Impostos a recuperar		(64)	(7)
Outros créditos		(110)	1
Fornecedores		181	(81)
Impostos a pagar e obrigações sociais e trabalhistas		9	4
Outras contas a pagar		(731)	940
Caixa proveniente das operações		11.815	9.716
Juros pagos sobre financiamentos		(2.516)	(2.915)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(400)	(427)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		8.899	6.374
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários		1.406	(66)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(30)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(457)	(66)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(1.833)	-
Pagamento de financiamento		(3.806)	(3.806)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.806)	(3.806)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.636	2.502
Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.349	1.847
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.985	4.349
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.636	2.502

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. (“ADS Corredor do Senandes II” ou “Companhia”), anteriormente NCER Eólica Corredor do Senandes II S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011 e tem como objeto social: **(a)** receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; **(b)** desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado “Corredor do Senandes II” (“Corredor do Senandes II” ou o “Projeto”); **(c)** comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e **(d)** celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 21,60 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 18 de agosto de 2011 (“LER 2011”), comercializando 10,6 MWm pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes (“Complexo”), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza a capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 08 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”) e indiretamente pela ADS Energias Renováveis S.A. (“NCER”). A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de abril de 2022. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros:** **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. O caixa e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber de clientes” e “Títulos e valores mobiliários”. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber tem origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou *impairment* como perdas incorridas e estimadas. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 7). **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.7. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no

curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.10. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica na seguinte modalidade: • Vendas de energia de LER, na qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; e • Vendas de energia no mercado livre – PLD, na qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido base para o cálculo do imposto de renda para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 8%. Sobre o lucro presumido é apurado o imposto à uma alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. O percentual de lucro presumido base para o cálculo da contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 12%. Sobre o lucro presumido, é apurada a contribuição social à uma alíquota de 9%. **2.12. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída como uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não tem impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis. **3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de risco financeiro:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Riscos com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da

possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda, decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, e da dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim sumariado:

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 9)	33.418	37.225
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(8.985)	(4.349)
(-) Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	(2.035)	(3.441)
Dívida líquida	22.398	29.435
Total do patrimônio líquido	39.398	35.691
Total do capital	61.796	65.126
Índice de alavancagem financeira – %	36	45

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado/Custo amortizado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	8.985	4.349
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	2.035	3.441
Contas a receber (Nota Explicativa nº 6)	3.612	4.486
Outros créditos	203	84
Total	14.835	12.360

	Outros passivos financeiros	
	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 9)	33.418	37.225
Fornecedores e outras contas a pagar	408	958
Partes relacionadas	538	-
Total	34.364	38.183

	5. Caixa e equivalentes de caixa	
	2021	2020
Caixa e bancos	584	616
Aplicações financeiras (I)	8.401	3.733
Total	8.985	4.349

	(I) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados em 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2021 e 2020, com liquidez imediata.	
	2021	2020
Direitos a faturar (I)	2.835	2.331
Clientes nacionais (II)	777	2.155
Total	3.612	4.486

(I) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; (II) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:

	2021	2020
A vencer	-	-
Vencido até três meses	102	916
Vencido de três a seis meses	138	146
Vencido acima de seis meses	537	1.093
Total	777	2.155

7. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.035 (R\$ 3.441 em 2020), remunerados em 99% do CDI (em 2021 e 2020) refere-se às garantias para cobertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota Explicativa nº 9), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

	8. Imobilizado	
	Edificações e instalações	Móveis e utensílios
	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	65.759	14 65.773
Depreciação	(3.637)	(1) (3.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	62.122	13 62.135
Aquisições	-	30 30
Depreciação	(3.638)	(2) (3.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	58.484	41 58.525
Taxas anuais de depreciação – %	4	10

continua ...

... continuação		ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A.			
9. Empréstimos e financiamentos					
		2021	2020		
Moeda nacional					
BNDES		33.418	37.225		
Circulante		(3.918)	(3.919)		
Não circulante		29.500	33.306		
Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 57.052, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, no montante de R\$ 44.296 a segunda tranche foi liberada em 27 de agosto de 2014, no montante de R\$ 11.116 a terceira tranche de R\$ 247 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quarta tranche de R\$ 70 foi liberada em 27 de junho de 2018 e a quinta tranche R\$ 73 foi liberada em 22 de maio de 2019. Como houve cancelamento do saldo restante a liberar, não há mais saldo a liberar para este contrato. a) Movimentação					
Saldo em 31 de dezembro de 2019		41.052			
Encargos financeiros provisionados		2.894			
(-) Juros pagos		(2.915)			
(-) Amortização do principal		(3.806)			
Saldo em 31 de dezembro de 2020		37.225			
Encargos financeiros provisionados		2.515			
(-) Juros pagos		(2.516)			
(-) Amortização do principal		(3.806)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021		33.418			
b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> , ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. c) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (<i>covenants</i>), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses. d) Prazo de vencimento: O montante a longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:					
		2021	2020		
2022		-	3.919		
2023		3.919	3.919		
2024		3.919	3.919		
2025 a 2030		21.662	21.549		
Total		29.500	33.306		
10. Partes relacionadas					
a) Passivo					
Dividendos a pagar		1.155	1.833		
ADS ER Vento Aragano I SA (i)		538	536		
Total		1.693	2.369		
Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente		Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC - 1SP 250.809/O-7			
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis					
Aos Acionistas e Administradores da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. Hortolândia-SP					
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável					
pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para plane-					
jarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 27 de abril de 2022 Élica Daniela da Silva Martins CT CRC 1SP - 223.766/O-0 Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP - 025.583/O-1					
16. Resultado financeiro				2021	2020
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 9 (a))				(2.515)	(2.894)
Juros e comissões bancárias				(68)	-
Total				(2.583)	(2.894)
Juros de aplicações financeiras				341	137
Total				341	137
Total				(2.242)	(2.757)
17. Imposto de renda e contribuição social – Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
				2021	2020
i) Imposto de renda					
Receita bruta de vendas				12.713	13.202
Direitos a faturar				504	(38)
Total da receita				13.217	13.164
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)				1.057	1.053
Receita financeira				341	137
Base de cálculo do imposto de renda				1.398	1.190
Adicional				116	94
Imposto de renda do exercício (15%)				326	(273)
ii) Contribuição social				2021	2020
Receita bruta de vendas				12.713	13.202
Direitos a faturar				504	(38)
Total da receita				13.217	13.164
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)				1.586	1.580
Receita financeira				341	137
Base de cálculo da contribuição social				1.927	1.717
Contribuição social do exercício (9%)				173	(155)
Total de imposto de renda e contribuição social				499	(428)
18. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.					
		2021	2020		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia		4.862	3.148		
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)		31.008	31.008		
Lucro básico por ação – R\$		0,16	0,10		
19. Provisão para riscos – A Companhia com base na opinião de seus assessores legais, não possui processos passivos em aberto, independente da probabilidade de perda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.					
20. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou os seguintes seguros:					
Modalidade				Vigência:	Cobertura
Responsabilidade civil geral				julho de 2022	15.000
Riscos operacionais				janeiro de 2023	778.864

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC



ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.568/0001-81

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.885	3.324
Contas a receber de clientes	7	5.696	6.139
Impostos a recuperar	-	80	63
Outros créditos	-	1.164	106
Total do ativo circulante		13.825	9.632
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	2.857	2.683
Depósito judicial	-	4	4
Imobilizado	9	60.233	63.889
Intangível	10	2.213	2.388
Total do ativo não circulante		65.307	68.964
Total do ativo		79.132	78.596
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	4.966	4.967
Fornecedores	-	205	85
Impostos a recolher	-	61	76
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	180	140
Dividendos a pagar	6	1.319	143
Partes relacionadas	6	967	1.112
Outras contas a pagar	12	226	146
Total do passivo circulante		7.924	6.669
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos LP	11	37.394	42.219
Provisão para contingências	13	-	128
Total do passivo não circulante		37.394	42.347
Patrimônio líquido			
Capital social	14	29.038	29.038
Reserva legal	14	390	112
Reserva de lucros	14	4.386	430
Total patrimônio líquido		33.814	29.580
Total do passivo e patrimônio líquido		79.132	78.596

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes III" ("Corredor do Senandes III" ou "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 27,0 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 13,2 MWh, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWh no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 10 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. A omissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 27 de abril de 2021. **Impactos à pandemia do Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, com o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros.

2. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os caixas e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas" e "Títulos e valores mobiliários". **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou *impairment* como perdas incorridas ou estimadas. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	15	15.578	15.571
Custo dos produtos vendidos	16	(5.937)	(5.902)
Lucro bruto		9.641	9.669
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(89)	(191)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(472)	(887)
Lucro operacional		9.080	8.591
Resultado financeiro, líquido	18	(2.953)	(3.572)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.127	5.019
Imposto de renda e contribuição social	19	(574)	(505)
Lucro líquido do exercício		5.553	4.514
Lucro básico por ação – R\$	19	0,19	0,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido do exercício	5.553	4.514	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente	5.553	4.514	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 8). **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.7. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.10. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme descrição a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, na qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre – PLD, na qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante os exercícios apresentados, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido base para o cálculo do imposto de renda para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 8%. Sobre o lucro presumido, é apurado o imposto à uma alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. O percentual de lucro presumido base para o cálculo da contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 12%. Sobre o lucro presumido, é apurada a contribuição social à uma alíquota de 9%. **2.12. Novas normas contábeis – novas e**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	29.038	82	-	(3.911)	25.209
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.514	4.514
Constituição de reserva legal	-	30	-	(30)	-
Constituição de dividendos	-	-	-	(143)	(143)
Transferências	-	-	430	(430)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	29.038	112	430	-	29.580
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.553	5.553
Constituição de reserva legal	-	278	-	(278)	-
Constituição de dividendos	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Transferências	-	-	3.956	(3.956)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.038	390	4.386	-	33.814

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	2021	2020	2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.127	5.019			
Ajustes: Depreciação e amortização	3.883	3.884			
Provisão para contingências	(128)	12			
Juros sobre financiamento e instrumentos financeiros	3.189	3.585			
Variáveis nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	443	(1.317)			
Impostos a recuperar	(45)	(62)			
Outros créditos	(1.058)	166			
Fornecedores	120	3			
Partes relacionadas	(145)	-			
Impostos a recolher	(15)	6			
Outras contas a pagar	80	121			
Caixa proveniente das operações	12.451	11.417			
Juros pagos sobre financiamentos	(3.190)	(3.611)			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(506)	(501)			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.755	7.305			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

alterações/atualizações ocorridas: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída como uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia da Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Riscos de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Riscos com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera nenhuma perda, decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, e da dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	42.360	47.186
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(6.885)	(3.324)
Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8)	(2.857)	(2.683)
Divida líquida	32.618	41.179
Total do patrimônio líquido	33.814	29.580
Total do capital	66.432	70.759
Índice de alavancagem financeira – %	49%	58%

4. Instrumentos financeiros por categoria

	2021	2020
Ativos ao valor justo por meio do resultado/ Custo amortizado		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	6.885	3.324
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8)	2.857	2.683
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 7)	5.696	6.139
Outros créditos	1.164	106
Total	16.602	12.252
Outros passivos financeiros		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	42.360	47.186
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6)	967	1.112
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 12) (i)	431	109
Total	43.758	48.407

(i) O valor de antecipação de clientes não compõe o saldo de instrumento financeiro, pois o mesmo será revertido em serviços de geração de energia, não movimentará caixa.

	2021	2020
5. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	680	752
Aplicações financeiras (i)	6.205	2.572
Total	6.885	3.324

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2021 e 2020 com liquidez imediata.

	2021	2020
6. Partes relacionadas – a) Passivo		
Dividendos a pagar	1.319	143
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. (i)	967	1.112
Total	2.286	1.255

(i) Valor referente ao rateio de despesas administrativas do Complexo.

	2021	2020
7. Contas a receber de clientes		
Direitos a faturar (i)	3.081	3.085
Clientes nacionais (ii)	2.615	3.054
Total	5.696	6.139

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme abaixo:

	2021	2020
A vencer		
Vencido até três meses	151	1.185
Vencido de três a seis meses	5	208
Vencido acima de seis meses	2459	1.661
Total	2.615	3.054

8. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.857 (R\$ 2.

... continuação

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 69.697, com vencimento final em 15 de setembro de 2030, sendo a primeira tranche no montante de R\$ 56.200 liberada no dia 29 de novembro de 2013. No dia 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a segunda tranche no montante de R\$ 13.034 e no dia 18 de agosto de 2017 liberou a terceira tranche no montante de R\$ 308. Em 27 de junho de 2018, foi liberada a quarta tranche no montante de R\$ 87 e em 24 de maio de 2019 foi liberada a quinta tranche no montante de R\$90, não havendo mais liberações para este contrato.

a) Movimentação

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	52.037	52.037
Encargos provisão de juros	3.585	3.585
(-) Juros pagos	(3.611)	(3.611)
(-) Amortização do principal	(4.825)	(4.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.186	47.186
Encargos provisão de juros	3.189	3.189
(-) Juros pagos	(3.190)	(3.190)
(-) Amortização do principal	(4.825)	(4.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.360	42.360

b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance*, ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. **c) Prazo de vencimento:** O montante a longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	4.967
2023	4.967	4.967
2021	4.967	4.967
2025 a 2030	27.460	27.318
Total	37.394	42.219

d) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: **(i)** Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses. As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

12. Outras contas a pagar

	2021	2020
Antecipações CCEE	-	122
Outros	228	24
Total	228	146

13. Provisão para riscos – Os processos civis referem-se aos processos de indenização por desapropriação.

	2021	2020
a) Composição	2021	2020
Riscos civis	-	128
b) Movimentação	2021	2020
Em 1º de janeiro	128	116
Constituição de provisão demonstrada no resultado do exercício	-	12
Reversão de Provisão demonstrada no resultado do exercício	(128)	-
Em 31 de dezembro	-	128

c) Perdas possíveis, não provisionadas: A Companhia não possui processos com a probabilidade de perda possível em 2021 e 2020.

14. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

	Ações	
	2021	2020
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	29.037	29.037
ADS Energias Renováveis S.A.	1	1
Total	29.038	29.038

b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto da Companhia, as provisões apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **i) Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$278 (R\$ 30 em 2020, após absorção de prejuízos no montante de R\$112).

ii) Distribuição de dividendos

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	5.553	4.514
Absorção de prejuízo	-	(3.911)
(-) Constituição da reserva legal	(278)	(30)
Base de cálculo dos dividendos	5.275	573
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.319)	(143)
15. Receita líquida de vendas	2021	2020
Receita bruta de vendas	2021	2020
Receita com venda de energia	16.172	15.940
Direitos a faturar	(4)	221
(-) Impostos sobre venda	(590)	(590)
Receita líquida de vendas	15.578	15.571
16. Custo dos produtos vendidos	2021	2020
Depreciação e amortização	(3.882)	(3.884)
Custo com serviços	(873)	(705)
Custo com manutenção e conservação	(1.182)	(1.313)
Total	(5.937)	(5.902)
17. Despesas gerais e administrativas	2021	2020
Serviços de terceiros	(9)	(10)
Outros gastos	(80)	(181)
Total	(89)	(191)
18. Resultado financeiro	2021	2020
Despesas financeiras	2021	2020
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 11 (a))	(3.190)	(3.585)
Juros e comissões bancárias	(56)	(79)
Total	(3.246)	(3.664)
Receitas financeiras	2021	2020
Receita de aplicações financeiras	293	92
Total	293	92
Total	(2.953)	(3.572)
19. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:	2021	2020
i) Imposto de renda	2021	2020
Receita bruta de venda de energia	16.172	15.940

Direito a fatura (4) 221
Base de cálculo sobre receita bruta (8%) 1.293 1.293
Receita financeira 293 92
Base de cálculo do imposto de renda **1.586** **1.385**
Adicional do imposto de renda 135 114
Imposto de renda do exercício (15%) **373** **322**
ii) Contribuição social **2021** **2020**
Receita bruta de venda de energia 16.172 15.940
Direito a faturar (4) 221
Base de cálculo sobre receita bruta (12%) 1.940 1.939
Receita financeira 293 92
Base de cálculo da contribuição social **2.233** **2.031**
Contribuição social do exercício (9%) **201** **183**
Despesa com impostos de renda e contribuição social **574** **505**

20. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. **2021** **2020**
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia 5.553 4.514
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares) 29.038 29.038
Lucro básico por ação – R\$ 0,19 0,1555

21. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da Administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou os seguintes seguros:

Modalidade	Vigência até:	Cobertura
Responsabilidade civil geral	31 de julho de 2022	15.000
Riscos operacionais	31 de janeiro de 2023	778.864

Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente

Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC - 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.** Hortolândia-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2022.

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora
CT CRC 1SP 223.766/O-0

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O

APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias

Versão para folhear

Notificações das notícias mais importantes

DISPONÍVEL NO

Google play

DISPONÍVEL NA

App Store

ADS ER Eólico Corredor do Senandes IV S.A.

CNPJ/MF nº 14.528.941/0001-07

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.874	7.191
Contas a receber de clientes	7	5.158	5.787
Impostos a recuperar	-	79	116
Outros créditos	-	262	114
Total do ativo circulante		17.373	13.208
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	3.279	5.161
Impostos a recuperar	-	-	4
Depósito judicial	-	12	12
Imobilizado	9	77.409	82.061
Intangível	-	2.244	2.417
Total do ativo não circulante		82.944	89.655
Total do ativo		100.317	102.863
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	5.012	5.009
Fornecedores	-	218	40
Impostos a recolher	-	73	67
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	231	151
Partes relacionadas	6	1.197	1.197
Dividendos a pagar	6	1.315	2.582
Outras contas a pagar	11	779	1.688
Total do passivo circulante		8.825	10.734
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	37.725	42.593
Outras contas a pagar	-	130	120
Total do passivo não circulante		37.855	42.713
Patrimônio líquido			
Capital social	12.a	39.087	39.087
Reserva legal	12.b	1.020	743
Reserva especial	12.b	512	512
Reserva de lucros	12.b	13.018	9.074
Total Patrimônio líquido		53.637	49.416
Total do passivo e patrimônio líquido		100.317	102.863

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2016 e tem como objeto social: **(a)** receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para estabelecer-se como produtor independente de energia; **(b)** desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes IV" ("Corredor do Senandes IV" ou o "Projeto"); **(c)** comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e **(d)** celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 29,7 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 12,9 MWh pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 4 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWh no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2022.

Impactos à pandemia do Covid-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Corona virus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os caixas e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Títulos e valores mobiliários" e "Partes relacionadas". **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou impairment. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	13	17.337	16.801
Custo dos produtos vendidos	14	(7.144)	(7.603)
Lucro bruto		10.193	9.198
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(382)	(652)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	(801)	(530)
Lucro operacional		9.010	8.016
Resultado financeiro	16	(2.762)	(3.420)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.248	4.596
Imposto de renda e contribuição social	17	(712)	(590)
Lucro líquido do exercício		5.536	4.006
Lucro básico por ação – R\$		0,14	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	5.536	4.006	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente	5.536	4.006	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

líquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 10). **2.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.7. Intangível:** Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar será reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, a partir da entrada em operação, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.10. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme descrição a seguir. **a) Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre – PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **b) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.11. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante o exercício de 2020, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido, base para o cálculo do imposto de renda e contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia, é encontrado através da aplicação da taxa de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o lucro presumido, é apurado o imposto à alíquota de 15% e 12% (IR e CS, respectivamente), acrescido, para o IR, de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. **2.12. Novas normas contábeis – Novas e alterações/atualizações ocorridas:**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	39.087	543	512	6.220	-	46.362
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.006	4.006
Constituição da reserva legal	-	200	-	-	(200)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(952)	(952)
Retenção do lucro do exercício	-	-	-	2.854	(2.854)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	39.087	743	512	9.074	-	49.416
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.536	5.536
Constituição da reserva legal	-	277	-	-	(277)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.315)	(1.315)
Retenção do lucro do exercício	-	-	-	3.944	(3.944)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.087	1.020	512	13.018	-	53.637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	2021	2020	2021	2020		
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.248	4.596	1.882	(723)		
Ajustes: Depreciação e amortização	5.069	4.962	(82)	(281)		
Atualização monetária de financiamentos	-	234				
Juros sobre financiamentos e instrumentos financeiros	3.192	3.545	1.800	(1.004)		
Variações nos ativos e passivos						
Contas a receber de clientes	629	(2.046)	(2.582)	-		
Impostos a recuperar	(31)	(17)	(4.868)	(4.868)		
Outros créditos	(148)	2				
Fornecedores	178	(195)	4.683	2.465		
Impostos a recolher	6	(1)				
Outras contas a pagar	(1.061)	1.417				
Caixa proveniente das operações	14.082	12.497				
Juros pagos sobre financiamentos	(3.189)	(3.573)				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(560)	(587)				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.333	8.337				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 de junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis.

	2021	2020
Total de empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	42.737	47.602
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(11.874)	(7.191)
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8)	(3.279)	(5.161)
Dívida líquida	27.584	35.250
Total do patrimônio líquido	53.637	49.416
Total do capital	81.221	84.666
Índice de alavancagem financeira – %	34%	42%

4. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos ao valor justo por meio do resultado/Custo amortizado	2021	2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	11.874	7.191
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 7)	5.158	5.787
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8)	3.279	5.161
Outros créditos	262	114
Total	20.573	18.253
Outros passivos financeiros		
	2021	2020

Passivos, conforme o balanço patrimonial

Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	42.737	47.602
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 11) (i)	1.127	238
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6)	1.197	1.197
Total	45.061	49.037

(i) O valor de antecipação de clientes não compõe o saldo de instrumento financeiro pois o mesmo será revertido em serviços de geração de energia, não movimentará caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Caixa e bancos	727	839
Aplicações financeiras (i)	11.147	6.352
Total	11.874	7.191

(i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados entre 90% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), em 2021 e 2020 com liquidez imediata.

6. Partes relacionadas – a) Dividendos a pagar

	2021	2020
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	1.315	2.582
Total	1.315	2.582

b) Outras contas a pagar

	2021	2020
ADS ER Vento Aragano I.S.A. (i)	1.197	1.197
Total	1.197	1.197

(i) Valor referente ao rateio de despesas administrativas do Complexo. **c) Remuneração da administração:** Considerando que os administradores da Companhia são pagos pelo Grupo NC, não existem valores de remuneração para as pessoas físicas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

7. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Direitos a faturar (i)	3.527	2.972
Clientes nacionais (ii)	1.631	2.815
Total	5.158	5.787

(i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que são faturados 60 dias após a medição; (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos do contas a receber de clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:

	2021	2020
A vencer	-	-
Vencido até três meses	50	1.490
Vencido de três a seis meses	175	328
Vencido acima de seis meses	1.406	997
Total	1.631	2.815

8. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 3.279 (R\$ 5.161 em 2020), remunerados em 99% do CDI (em 2021 e 2020), refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento

... continuação

10. Empréstimos e financiamentos		2021		2020	
Moeda nacional					
BNDES	42.737	47.602			
(-) Circulante	(5.012)	(5.009)			
Não circulante	(37.725)	42.593			
Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 73.524, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 57.510, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, a segunda tranche, no montante de R\$ 5.356, foi liberada em 27 de agosto de 2014, a terceira tranche, no montante de R\$ 7.703, foi liberada em 23 de dezembro de 2015, a quarta tranche no montante de R\$ 302, foi liberada em 18 de agosto de 2017. Em 24 de maio de 2019 foi liberada a última tranche no montante de R\$ 88. O valor do contrato foi alterado através do 1º Aditivo, passando de R\$ 73.524 para R\$ 71.039 e desta forma, não há mais valores a serem liberados para este contrato.					
a) Movimentação					
Saldo em 31 de dezembro de 2019					
Encargos provisão de juros	52.498	3.545			
(-) Juros pagos	(3.573)	(4.868)			
(-) Amortização do principal	(4.868)				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	47.602	3.192			
Encargos provisão de juros	3.192	(3.189)			
(-) Juros pagos	(3.189)	(4.868)			
(-) Amortização do principal	(4.868)				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.737				
b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de <i>project finance</i> , ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.					
c) Prazo de vencimento: O montante a longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:					
	2021	2020			
2022	-	5.009			
2023	5.009	5.009			
2024	5.009	5.009			
2025 a 2030	27.707	27.566			
Total	37.725	42.593			
d) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem					

11. Outras contas a pagar		2021		2020	
Antecipações CCEE	438	1.610			
Outros	468	198			
Total	906	1.808			
Circulante	(776)	(1.688)			
Não Circulante	130	120			
12. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 39.087, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:					
	Ações 2021	Ações 2020			
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	39.136.688	39.136.688			
ADS ER Energias Renováveis S.A.	1	1			
Total	39.136.689	39.136.689			
b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: (i) Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$277 (R\$ 200 em 2020) para reserva legal.					
a. Distribuição de dividendos					
Lucro líquido do exercício					
(-) Constituição da reserva legal	(277)	(200)			
Base de cálculo dos dividendos	5.536	4.006			
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.315)	(952)			
(ii) Reserva especial					
Em 31 de dezembro de 2017, os administradores da Companhia, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade e conforme o seu plano de investimento, destinou a parcela de 25% do lucro líquido ajustado, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 512, para a constituição da					

13. Receita líquida de vendas		2021		2020	
Receita bruta de vendas					
Receita com venda de energia	17.438	17.457			
Direitos a faturar	555	-			
(-) Impostos sobre venda	(656)	(656)			
Receita líquida de vendas	17.337	16.801			
14. Custo dos produtos vendidos					
Depreciação e amortização	(5.069)	(4.962)			
Serviços de terceiros	(878)	(1.658)			
Manutenção e conservação	(1.197)	(977)			
Com pessoal	-	(6)			
Total	(7.144)	(7.603)			
15. Despesas gerais e administrativas					
Serviços de terceiros	(12)	(111)			
Materiais diversos	(5)	(252)			
Outros	(365)	(289)			
Total	(382)	(652)			
16. Resultado financeiro					
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10 (a))	(3.192)	(3.545)			
Juros, taxas e comissões bancárias	(69)	(94)			
Juros passivos de arrendamento	(25)	(15)			
Total	(3.286)	(3.654)			
Receitas financeiras					
Juros de aplicações financeiras	524	234			
Total	524	234			
Resultado financeiro					
(2.762)	(3.420)				
17. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:					
(i) Imposto de renda					
Receita bruta de vendas de energia	17.438	17.457			
Direitos a faturar	555	(19)			
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	1.439	1.395			
Receita financeira	524	234			
Base de cálculo do imposto de renda	1.963	1.629			
Adicional	175	136			
Imposto de renda do exercício (15%)	470	380			

(ii) Contribuição social		2021		2020	
Receita bruta de vendas de energia					
17.438 17.457					
Direitos a faturar					
555 (19)					
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)					
2.159 2.093					
Receita financeira					
524 234					
Base de cálculo da contribuição social					
2.683 2.327					
Contribuição social do exercício (9%)					
242 209					
Despesas com imposto de renda e contribuição social					
712 590					
18. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo), atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.					
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia					
5.536 4.006					
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)					
39.087 39.087					
Lucro básico por ação – R\$					
0,14 0,10					
19. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contratou os seguintes seguros que englobam todos os parques eólicos da ADS:					
Modalidade					
Responsabilidade civil geral 31 de julho de 2022 15.000					
Riscos operacionais 31 de janeiro de 2023 778.864					
20. Provisão para riscos – A Companhia não possui processos passivos em aberto, independente da probabilidade de perda para a data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020.					
21. Demonstração do fluxo de caixa – A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.					
31 de dezembro de 2021					
Adições no ativo imobilizado 162					
Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento					
162					

Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente

Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC - 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. Hortolândia-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas,

se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de abril de 2022.

Grant Thornton
Auditors Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora
CT CRC 1SP 223.766/O-0

BAIXE O APP JC

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

Licenças de operação		2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
10. Intangível																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.921	2022		5.355																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Amortização	(193)	2023	5.354	5.355																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.728	2024	5.354	5.355																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Aquisição	3	2025 a 2030	29.606	29.451																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Amortização	(208)	Total	40.314	45.516																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.523	d) Covenants: Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (covenants), conforme segue: (I) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
11. Empréstimos e financiamentos	2021	2020	12. Provisão para contingências – Segue os saldos das provisões em 31 de dezembro de 2021 e 2020:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Moeda nacional			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Provisões para perdas com processos judiciais</th> <th colspan="2">Depósitos judiciais</th> <th colspan="2">Saldo líquido</th> </tr> <tr> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contingências trabalhistas</td> <td>137</td> <td>–</td> <td>(19)</td> <td>–</td> <td>118</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>137</td> <td>–</td> <td>(19)</td> <td>–</td> <td>118</td> </tr> </tbody> </table>			Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido		2021	2020	2021	2020	2021	2020	Contingências trabalhistas	137	–	(19)	–	118	Total	137	–	(19)	–	118																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
2021	2020	2021	2020	2021	2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Contingências trabalhistas	137	–	(19)	–	118																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
Total	137	–	(19)	–	118																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
BNDES	45.668	50.871	13. Outras contas a pagar																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Circulante	(5.354)	(5.355)	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Antecipações CCEE</td> <td>–</td> <td>792</td> <td>–</td> <td>792</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(3.853)</td> <td>297</td> <td>297</td> <td>270</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(5.202)</td> <td>297</td> <td>297</td> <td>1.062</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>40.314</td> <td>45.516</td> <td colspan="3">14. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 46.104, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.</td> <td>54.191.908</td> </tr> <tr> <td>ADS Energias Renováveis S.A.</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>54.191.909</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: (I) Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20%</td> </tr> <tr> <td colspan="6">do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 50 (Não houve destinação em 2020 por conta de absorção de prejuízos no montante de R\$3.338).</td> </tr> <tr> <td colspan="6">15. Receita líquida de vendas</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita com venda de energia</td> <td>16.611</td> <td>16.783</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direitos a faturar</td> <td>122</td> <td>37</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(-) Impostos sobre venda</td> <td>(611)</td> <td>(614)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita líquida de vendas</td> <td>16.122</td> <td>16.206</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">16. Custo dos produtos vendidos</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>(5.320)</td> <td>(5.150)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos com serviços</td> <td>(2.066)</td> <td>(1.221)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com pessoal</td> <td>(1.492)</td> <td>(995)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação</td> <td>(439)</td> <td>(258)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(12)</td> <td>–</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(9.329)</td> <td>(7.624)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">17. Despesas gerais e administrativas</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços terceiros</td> <td>(250)</td> <td>(17)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gastos materiais diversos</td> <td>(205)</td> <td>(181)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras despesas</td> <td>(624)</td> <td>(430)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(1.079)</td> <td>(628)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">18. Resultado financeiro</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 11)</td> <td>(3.443)</td> <td>(3.853)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária</td> <td>–</td> <td>(23)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros e comissões bancárias e IOF</td> <td>(74)</td> <td>(57)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros de arrendamento – IFRS 16</td> <td>(10)</td> <td>(12)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(3.527)</td> <td>(3.945)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">Receitas financeiras</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros de aplicações financeiras</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">Resultado financeiro</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros de aplicações financeiras</td> <td>(3.323)</td> <td>(3.863)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">19. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta de vendas</td> <td>16.611</td> <td>16.783</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direitos a faturar</td> <td>122</td> <td>37</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total receita</td> <td>16.733</td> <td>16.820</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo sobre receita bruta (8%)</td> <td>1.339</td> <td>1.346</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita financeira</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo do imposto de renda</td> <td>1.543</td> <td>1.428</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">20. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro atribuível aos acionistas da Companhia</td> <td>2.352</td> <td>3.334</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)</td> <td>46.104</td> <td>46.104</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro básico por ação – R\$</td> <td>0,05</td> <td>0,07</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">21. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes seguros:</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Modalidade</th> <th>Vigência até</th> <th>Cobertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Responsabilidade civil geral</td> <td>31/07/2021 – 31/07/2022</td> <td>15.000</td> </tr> <tr> <td>Riscos operacionais</td> <td>31/07/2021 – 31/03/2022</td> <td>778.864</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="6">22. Demonstração do fluxo de caixa</td> </tr> <tr> <td colspan="6">A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</td> </tr> <tr> <td colspan="6"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">31 de dezembro de 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adições no ativo imobilizado</td> <td>(1.155)</td> </tr> <tr> <td>Baixas no ativo imobilizado</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento</td> <td>(1.155)</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> </tbody> </table>			2021		2020		Antecipações CCEE	–	792	–	792	Outros	(3.853)	297	297	270	Total	(5.202)	297	297	1.062	Não circulante	40.314	45.516	14. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 46.104, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.</td> <td>54.191.908</td> </tr> <tr> <td>ADS Energias Renováveis S.A.</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>54.191.909</td> </tr> </tbody> </table>						Ações		ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	54.191.908	ADS Energias Renováveis S.A.	1	Total	54.191.909	b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: (I) Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20%						do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 50 (Não houve destinação em 2020 por conta de absorção de prejuízos no montante de R\$3.338).						15. Receita líquida de vendas						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita com venda de energia</td> <td>16.611</td> <td>16.783</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direitos a faturar</td> <td>122</td> <td>37</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(-) Impostos sobre venda</td> <td>(611)</td> <td>(614)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita líquida de vendas</td> <td>16.122</td> <td>16.206</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Receita com venda de energia	16.611	16.783			Direitos a faturar	122	37			(-) Impostos sobre venda	(611)	(614)			Receita líquida de vendas	16.122	16.206			16. Custo dos produtos vendidos						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>(5.320)</td> <td>(5.150)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos com serviços</td> <td>(2.066)</td> <td>(1.221)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com pessoal</td> <td>(1.492)</td> <td>(995)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação</td> <td>(439)</td> <td>(258)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(12)</td> <td>–</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(9.329)</td> <td>(7.624)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Depreciação e amortização	(5.320)	(5.150)			Custos com serviços	(2.066)	(1.221)			Custo com pessoal	(1.492)	(995)			Manutenção e conservação	(439)	(258)			Outros	(12)	–			Total	(9.329)	(7.624)			17. Despesas gerais e administrativas						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços terceiros</td> <td>(250)</td> <td>(17)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gastos materiais diversos</td> <td>(205)</td> <td>(181)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras despesas</td> <td>(624)</td> <td>(430)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(1.079)</td> <td>(628)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Serviços terceiros	(250)	(17)			Gastos materiais diversos	(205)	(181)			Outras despesas	(624)	(430)			Total	(1.079)	(628)			18. Resultado financeiro						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 11)</td> <td>(3.443)</td> <td>(3.853)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária</td> <td>–</td> <td>(23)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros e comissões bancárias e IOF</td> <td>(74)</td> <td>(57)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros de arrendamento – IFRS 16</td> <td>(10)</td> <td>(12)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(3.527)</td> <td>(3.945)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	(3.443)	(3.853)			Atualização monetária	–	(23)			Juros e comissões bancárias e IOF	(74)	(57)			Juros de arrendamento – IFRS 16	(10)	(12)			Total	(3.527)	(3.945)			Receitas financeiras						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros de aplicações financeiras</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Juros de aplicações financeiras	204	82			Total	204	82			Resultado financeiro						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros de aplicações financeiras</td> <td>(3.323)</td> <td>(3.863)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Juros de aplicações financeiras	(3.323)	(3.863)			19. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta de vendas</td> <td>16.611</td> <td>16.783</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direitos a faturar</td> <td>122</td> <td>37</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total receita</td> <td>16.733</td> <td>16.820</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo sobre receita bruta (8%)</td> <td>1.339</td> <td>1.346</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita financeira</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo do imposto de renda</td> <td>1.543</td> <td>1.428</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Receita bruta de vendas	16.611	16.783			Direitos a faturar	122	37			Total receita	16.733	16.820			Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	1.339	1.346			Receita financeira	204	82			Base de cálculo do imposto de renda	1.543	1.428			20. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro atribuível aos acionistas da Companhia</td> <td>2.352</td> <td>3.334</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)</td> <td>46.104</td> <td>46.104</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro básico por ação – R\$</td> <td>0,05</td> <td>0,07</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.352	3.334			Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	46.104	46.104			Lucro básico por ação – R\$	0,05	0,07			21. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes seguros:						<table border="1"> <thead> <tr> <th>Modalidade</th> <th>Vigência até</th> <th>Cobertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Responsabilidade civil geral</td> <td>31/07/2021 – 31/07/2022</td> <td>15.000</td> </tr> <tr> <td>Riscos operacionais</td> <td>31/07/2021 – 31/03/2022</td> <td>778.864</td> </tr> </tbody> </table>						Modalidade	Vigência até	Cobertura	Responsabilidade civil geral	31/07/2021 – 31/07/2022	15.000	Riscos operacionais	31/07/2021 – 31/03/2022	778.864	22. Demonstração do fluxo de caixa						A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.						<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">31 de dezembro de 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adições no ativo imobilizado</td> <td>(1.155)</td> </tr> <tr> <td>Baixas no ativo imobilizado</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento</td> <td>(1.155)</td> </tr> </tbody> </table>						31 de dezembro de 2021		Adições no ativo imobilizado	(1.155)	Baixas no ativo imobilizado	–	Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento	(1.155)
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Antecipações CCEE	–	792	–	792																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Outros	(3.853)	297	297	270																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Total	(5.202)	297	297	1.062																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Não circulante	40.314	45.516	14. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 46.104, subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado da seguinte forma:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Ações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.</td> <td>54.191.908</td> </tr> <tr> <td>ADS Energias Renováveis S.A.</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>54.191.909</td> </tr> </tbody> </table>						Ações		ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	54.191.908	ADS Energias Renováveis S.A.	1	Total	54.191.909																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Ações																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	54.191.908																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
ADS Energias Renováveis S.A.	1																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Total	54.191.909																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: (I) Reserva legal: É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 50 (Não houve destinação em 2020 por conta de absorção de prejuízos no montante de R\$3.338).																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
15. Receita líquida de vendas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita com venda de energia</td> <td>16.611</td> <td>16.783</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direitos a faturar</td> <td>122</td> <td>37</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(-) Impostos sobre venda</td> <td>(611)</td> <td>(614)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita líquida de vendas</td> <td>16.122</td> <td>16.206</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Receita com venda de energia	16.611	16.783			Direitos a faturar	122	37			(-) Impostos sobre venda	(611)	(614)			Receita líquida de vendas	16.122	16.206																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Receita com venda de energia	16.611	16.783																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Direitos a faturar	122	37																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
(-) Impostos sobre venda	(611)	(614)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Receita líquida de vendas	16.122	16.206																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
16. Custo dos produtos vendidos																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>(5.320)</td> <td>(5.150)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custos com serviços</td> <td>(2.066)</td> <td>(1.221)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com pessoal</td> <td>(1.492)</td> <td>(995)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação</td> <td>(439)</td> <td>(258)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(12)</td> <td>–</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(9.329)</td> <td>(7.624)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Depreciação e amortização	(5.320)	(5.150)			Custos com serviços	(2.066)	(1.221)			Custo com pessoal	(1.492)	(995)			Manutenção e conservação	(439)	(258)			Outros	(12)	–			Total	(9.329)	(7.624)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Depreciação e amortização	(5.320)	(5.150)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Custos com serviços	(2.066)	(1.221)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Custo com pessoal	(1.492)	(995)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Manutenção e conservação	(439)	(258)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Outros	(12)	–																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	(9.329)	(7.624)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
17. Despesas gerais e administrativas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços terceiros</td> <td>(250)</td> <td>(17)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gastos materiais diversos</td> <td>(205)</td> <td>(181)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras despesas</td> <td>(624)</td> <td>(430)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(1.079)</td> <td>(628)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Serviços terceiros	(250)	(17)			Gastos materiais diversos	(205)	(181)			Outras despesas	(624)	(430)			Total	(1.079)	(628)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Serviços terceiros	(250)	(17)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Gastos materiais diversos	(205)	(181)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Outras despesas	(624)	(430)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	(1.079)	(628)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
18. Resultado financeiro																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 11)</td> <td>(3.443)</td> <td>(3.853)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária</td> <td>–</td> <td>(23)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros e comissões bancárias e IOF</td> <td>(74)</td> <td>(57)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros de arrendamento – IFRS 16</td> <td>(10)</td> <td>(12)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(3.527)</td> <td>(3.945)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	(3.443)	(3.853)			Atualização monetária	–	(23)			Juros e comissões bancárias e IOF	(74)	(57)			Juros de arrendamento – IFRS 16	(10)	(12)			Total	(3.527)	(3.945)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 11)	(3.443)	(3.853)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Atualização monetária	–	(23)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Juros e comissões bancárias e IOF	(74)	(57)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Juros de arrendamento – IFRS 16	(10)	(12)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	(3.527)	(3.945)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Receitas financeiras																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros de aplicações financeiras</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Juros de aplicações financeiras	204	82			Total	204	82																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Juros de aplicações financeiras	204	82																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	204	82																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Resultado financeiro																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Juros de aplicações financeiras</td> <td>(3.323)</td> <td>(3.863)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Juros de aplicações financeiras	(3.323)	(3.863)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Juros de aplicações financeiras	(3.323)	(3.863)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
19. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta de vendas</td> <td>16.611</td> <td>16.783</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Direitos a faturar</td> <td>122</td> <td>37</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total receita</td> <td>16.733</td> <td>16.820</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo sobre receita bruta (8%)</td> <td>1.339</td> <td>1.346</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita financeira</td> <td>204</td> <td>82</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo do imposto de renda</td> <td>1.543</td> <td>1.428</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Receita bruta de vendas	16.611	16.783			Direitos a faturar	122	37			Total receita	16.733	16.820			Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	1.339	1.346			Receita financeira	204	82			Base de cálculo do imposto de renda	1.543	1.428																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Receita bruta de vendas	16.611	16.783																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Direitos a faturar	122	37																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Total receita	16.733	16.820																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	1.339	1.346																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Receita financeira	204	82																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Base de cálculo do imposto de renda	1.543	1.428																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
20. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro atribuível aos acionistas da Companhia</td> <td>2.352</td> <td>3.334</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)</td> <td>46.104</td> <td>46.104</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Lucro básico por ação – R\$</td> <td>0,05</td> <td>0,07</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						2021		2020		Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.352	3.334			Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	46.104	46.104			Lucro básico por ação – R\$	0,05	0,07																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
2021		2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.352	3.334																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	46.104	46.104																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Lucro básico por ação – R\$	0,05	0,07																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
21. Seguros – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes seguros:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Modalidade</th> <th>Vigência até</th> <th>Cobertura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Responsabilidade civil geral</td> <td>31/07/2021 – 31/07/2022</td> <td>15.000</td> </tr> <tr> <td>Riscos operacionais</td> <td>31/07/2021 – 31/03/2022</td> <td>778.864</td> </tr> </tbody> </table>						Modalidade	Vigência até	Cobertura	Responsabilidade civil geral	31/07/2021 – 31/07/2022	15.000	Riscos operacionais	31/07/2021 – 31/03/2022	778.864																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
Modalidade	Vigência até	Cobertura																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Responsabilidade civil geral	31/07/2021 – 31/07/2022	15.000																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Riscos operacionais	31/07/2021 – 31/03/2022	778.864																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
22. Demonstração do fluxo de caixa																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">31 de dezembro de 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adições no ativo imobilizado</td> <td>(1.155)</td> </tr> <tr> <td>Baixas no ativo imobilizado</td> <td>–</td> </tr> <tr> <td>Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento</td> <td>(1.155)</td> </tr> </tbody> </table>						31 de dezembro de 2021		Adições no ativo imobilizado	(1.155)	Baixas no ativo imobilizado	–	Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento	(1.155)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
31 de dezembro de 2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
Adições no ativo imobilizado	(1.155)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Baixas no ativo imobilizado	–																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
Efeito no caixa líquido nas atividades de investimento	(1.155)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	

Maury Eduardo de Carvalho Bastos – Diretor Presidente

Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC - 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

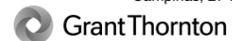
Aos Acionistas e Administradores da ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. Hortalândia-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADS ER Eólica Corredor dos Senandes II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas,

se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 27 de abril de 2022.



Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora
CT CRC 1SP 223.766/O-0

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062



Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



... continuação **ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.**

Contingentes e Ativos Contingentes" onde uma provisão deve ser constituída quando: (i) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.15. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis. **3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de risco financeiro:** A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaçamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Riscos com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda, decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de avanço financeiro. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento no consolidado em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

	Consolidado	2021	2020
Total de empréstimos (Nota Explicativa nº 10)	164.183	182.884	
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(36.197)	(18.200)	
Menos: Títulos e valores imobiliários (Nota Explicativa nº 7)	(11.708)	(14.300)	
Dívida líquida	116.278	150.384	
Total do patrimônio líquido	178.429	160.941	
Total do capital	294.707	311.325	
Índice de alavancagem financeira – %	39%	48%	

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2021	2020	2021	2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	4.641	459.36.197	18.200	
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 6)	-	-	18.648	21.876
Outros créditos	-	-	1.882	478
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	-	-	11.708	14.300
Total	4.641	459.68.435	54.854	
Outros passivos financeiros				
Controladora				
Consolidado				
2021	2020	2021	2020	

Passivos, conforme o balanço patrimonial
 Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10) - - 164.183 182.884
 Fornecedores e outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 11) (i) 21 - 2.429 985
Total 21 - **166.612** **183.869**

(i) O valor de antecipação de clientes não compõe o saldo de instrumento financeiro, pois o mesmo será revertido em serviços de geração de energia, não movimentará caixa.
5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos	73	29	2.849	3.493
Aplicações financeiras (i)	4.568	430	33.348	14.707
Total	4.641	459	36.197	18.200

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 75% e 90% em 2021 e em 2020 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.
6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Direitos a faturar (i)	-	-	12.485	11.308
Clientes nacionais (ii)	-	-	6.163	10.568
Outras duplicatas a receber	-	-	-	-
Total	-	-	18.648	21.876

(i) Diretos a faturar refere-se aos valores de geração de energia na qual não foram faturados contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica devido aos prazos contratuais, limite médio para faturamento é de 60 dias; (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos do contas a receber de clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer				
Vencido até três meses	-	-	156	4.672
Vencido acima de seis meses	-	-	6.007	5.896
Total	-	-	6.163	10.568

7. Títulos e valores mobiliários – Consolidado: Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 11.708 (R\$ 14.300 em 2020), remunerado em 99% do CDI em 2021 e 2020, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota Explicativa nº 10), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

8. Investimentos – Controladora – Informações

	Quantidade de quotas ou ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido em 31 de dezembro		Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.	50.176.614	46.104.159	99,99	99,99	46.872	44.759	2.352	3.334
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.	31.007.643	31.007.643	99,99	99,99	39.398	35.691	4.861	3.148
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	35.134.399	35.134.399	99,99	99,99	33.814	29.580	5.553	4.514
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.	39.136.688	39.136.688	99,99	99,99	53.639	49.416	5.535	4.006
Movimentação dos investimentos 2021								
Saldo no início do exercício		44.755		(239)		2.352		46.868
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.		35.688		(1.154)		4.861		39.395
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.		29.576		(1.319)		5.553		33.810
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.		49.412		(1.315)		5.534		53.631
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.		159.431		(4.027)		18.300		173.704
Movimentação dos investimentos 2020								
Saldo no início do exercício		41.421		-		3.334		44.755
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.		33.288		(748)		3.148		35.688
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.		25.205		(143)		4.514		29.576
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.		46.358		(952)		4.006		49.412
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.		146.272		(1.843)		15.002		159.431

9. Imobilizado – consolidado

	Edificações e instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imobilizado Em Andamento	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	303.701	88	714	-	228	304.731
Adição	63	39	605	-	228	935
Baixa	-	-	-	-	(42)	(42)
Depreciação	(16.937)	(14)	(139)	-	(107)	(17.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	286.827	113	1.180	-	307	288.427
Adição	585	567	139	372	187	1.850
Baixa	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(16.949)	(203)	(56)	-	(148)	(17.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	270.463	477	1.262	372	347	272.921
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	381.747	736	1.573	372	561	384.989
Depreciação acumulada	(111.284)	(259)	(311)	-	(214)	(112.068)
Saldo contábil, líquido	270.463	477	1.262	372	347	272.921
Taxas anuais de depreciação – %	4	10	10-20	-	10,20	

10. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		Lucro líquido do exercício	2021	2020
	2021	2020	2021	2020			
Moeda nacional							
ADS ER Vento Aragano	-	-	45.668	50.871	(-) Constituição reserva legal	18.282	14.931
ADS ER Senandes II	-	-	33.418	37.225	(-) Constituição reserva legal	(914)	(747)
ADS ER Senandes III	-	-	42.360	47.186	Base de cálculo dos dividendos	17.368	14.184
ADS ER Senandes IV	-	-	42.737	47.602	Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.342	3.546
Total	-	-	164.183	182.884	Saldo inicial	3.546	-
Circulante	-	-	(19.250)	(19.250)	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	4.342	3.546
Não circulante	-	-	144.933	163.634	Constituição de dividendos propostos	1.009	-
Em 04 de outubro de 2013, as controladas da Companhia firmaram contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 277.440, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 223.036, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013 e a segunda tranche, no montante de R\$ 28.079 foi liberada em 27 de agosto de 2014. Em 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a terceira tranche no montante de R\$ 20.737, a quarta tranche de R\$ 1.179 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quinta tranche R\$ 157 foi liberada em 27 de junho de 2018, a sexta tranche no montante de R\$ 345 foi liberada em 24 de maio de 2019. Houve cancelamento do saldo de R\$ 1.250 e alteração de R\$ 2.657 do saldo inicial das controladas, desta forma, não há mais valores a serem liberados nestes contratos. a) Movimentação							
Saldo em 31 de dezembro de 2019			201.686				
Captações			-	-			
Encargos provisão de juros			13.827				
Atualização monetária			23				
(-) Juros pagos			(13.952)				
(-) Amortização do principal			(18.700)				
Saldo em 31 de dezembro de 2020			182.884				
Encargos provisão de juros			12.334				
(-) Juros pagos			(12.334)				
(-) Amortização do principal			(18.701)				
Saldo em 31 de dezembro de 2021			164.183				

b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance* ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia e suas controladas. **c) Covenants:** Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses; (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas. **d) Prazo de vencimento:** O montante em longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	19.250
2022	19.249	19.250
2024	19.249	19.250
2025 a 2030	106.435	105.884
Total	144.933	163.634

11. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antecipação CCEE (i)	-	-	132	3.443
Outros	-	-	928	511
Total	-	-	1.060	3.954
Circulante	-	-	(934)	(3.763)
Não circulante	-	-	126	191

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 132 (R\$ 3.443 em 2020), refere-se aos adiantamentos recebidos da CCEE pelas controladas da Companhia pela comercialização de energia de LER, conforme contrato de energia de reserva.

12. Provisões para riscos – Os processos cíveis referem-se aos processos de indenização por desapropriação.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Riscos trabalhistas	-	-	137	128
Total	-	-	137	128

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	-	-	128	116
Constituição/ reversão	-	-	9	12
Em 31 de dezembro	-	-	137	128

c) Perdas possíveis, não provisionadas: A Companhia possui processos trabalhistas com a probabilidade de perda possível no valor de R\$656 em 2021 (Em 2020 não havia processos com probabilidade de perda possível). **d) Depósitos judiciais:** A Controladora possui depósitos judiciais registrados no montante de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e R\$ 53 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no consolidado.

13. Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma (em reais):

	Capital social		Ações nominativas	
	2021	2020	2021	2020
ADS Energias Renováveis S.A.	152.989.901	152.989.901	153.218.936	153.200.436
Total	152.989.901	152.989.901	153.218.936	153.200.436

Apropriação do lucro: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. **Dividendos:** A distribuição de dividendo mínimo obrigatório é calculada no final do exercício, sendo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária que foram apurados como segue:

... continuação

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladoras, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladoras ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladoras são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladoras;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladoras a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de abril de 2022
Élica Daniela da Silva Martins
 CT CRC 1SP-223.766/O-0
Grant Thornton Auditores Independentes
 CRC 2SP-025.583/O-1

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC